

2º SIMULADO

T C D F

PROVA OBJETIVA



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

2º Simulado TC-DF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TC-DF;
- 2 – A prova contém **150 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TC-DF-14-03-20>

01 – C E	31 – C E	61 – C E	91 – C E	121 – C E
02 – C E	32 – C E	62 – C E	92 – C E	122 – C E
03 – C E	33 – C E	63 – C E	93 – C E	123 – C E
04 – C E	34 – C E	64 – C E	94 – C E	124 – C E
05 – C E	35 – C E	65 – C E	95 – C E	125 – C E
06 – C E	36 – C E	66 – C E	96 – C E	126 – C E
07 – C E	37 – C E	67 – C E	97 – C E	127 – C E
08 – C E	38 – C E	68 – C E	98 – C E	128 – C E
09 – C E	39 – C E	69 – C E	99 – C E	129 – C E
10 – C E	40 – C E	70 – C E	100 – C E	130 – C E
11 – C E	41 – C E	71 – C E	101 – C E	131 – C E
12 – C E	42 – C E	72 – C E	102 – C E	132 – C E
13 – C E	43 – C E	73 – C E	103 – C E	133 – C E
14 – C E	44 – C E	74 – C E	104 – C E	134 – C E
15 – C E	45 – C E	75 – C E	105 – C E	135 – C E
16 – C E	46 – C E	76 – C E	106 – C E	136 – C E
17 – C E	47 – C E	77 – C E	107 – C E	137 – C E
18 – C E	48 – C E	78 – C E	108 – C E	138 – C E
19 – C E	49 – C E	79 – C E	109 – C E	139 – C E
20 – C E	50 – C E	80 – C E	110 – C E	140 – C E
21 – C E	51 – C E	81 – C E	111 – C E	141 – C E
22 – C E	52 – C E	82 – C E	112 – C E	142 – C E
23 – C E	53 – C E	83 – C E	113 – C E	143 – C E
24 – C E	54 – C E	84 – C E	114 – C E	144 – C E
25 – C E	55 – C E	85 – C E	115 – C E	145 – C E
26 – C E	56 – C E	86 – C E	116 – C E	146 – C E
27 – C E	57 – C E	87 – C E	117 – C E	147 – C E
28 – C E	58 – C E	88 – C E	118 – C E	148 – C E
29 – C E	59 – C E	89 – C E	119 – C E	149 – C E
30 – C E	60 – C E	90 – C E	120 – C E	150 – C E

PORTUGUÊS**TEXTO I**

A escola contemporânea tem sido objeto de críticas e questionamentos por parte de inúmeros setores da vida social. Considera-se a instituição obsoleta, diz-se que ela não foi capaz de acompanhar os tempos, que a velocidade das informações na sociedade digital tornou a escola desatualizada em relação àquilo, inclusive, que é sua razão de ser: a formação da cultura letrada. Há claramente uma crise nas imagens pelas quais a escola é representada para a população. E isso não acontece somente no Brasil. Um dos efeitos disso consiste no aumento de uma nova modalidade de educação – o homeschooling ou educação doméstica – praticamente desconhecida entre nós, brasileiros, embora tenhamos já um contingente possível de 2.500 famílias que, de acordo com dados recentes da Associação Nacional de Educação Domiciliar, são suas adeptas.

Praticado por 63 países, silenciosamente cresce no Brasil o número de famílias que se recusam a enviar seus filhos à escola, proporcionando a eles ensino domiciliar. Isso, que alguns caracterizam como “intensiva educação dos filhos”, corresponde a uma prática que supõe que a formação letrada será ministrada pelos pais ou por especialistas por eles escolhidos, retomando aquilo que, tempos atrás, era chamado de preceptoria.

No que diz respeito à legislação brasileira, a orientação é clara: desde 1934 é firmada a obrigatoriedade escolar, que envolve, a um só tempo, a obrigação de o Estado oferecer escolas e a obrigação de os pais enviarem seus filhos à escola. Os adeptos do homeschooling – o ensino doméstico ou domiciliar – alegam que há brechas na legislação brasileira, o que possibilita a defesa dessa modalidade de educação. Afirmam, para isso, basicamente os princípios de liberdade de escolha do tipo de instrução que os pais desejam dar a seus filhos. Mais do que isso, criticam o sistema de ensino por sua homogeneidade, argumentam que há defasagens estruturais no modelo de ensino público brasileiro, declaram questões de violência, de drogas e de bullying em sala de aula. Alegam também argumentos de foro religioso e moral.

Entre os próprios representantes do Poder Judiciário, não há acordo no que diz respeito à autorização e à regulamentação dessa prática. Há juízes favoráveis, que encontram brechas na legislação e propõem sua flexibilização; e outros se opõem. Os argumentos contrários são aqueles que se reportam à dimensão socializadora da escola. A escola, além de ensinar a ler, a escrever e a contar – no sentido clássico –, é uma “forma de socialização”. Por ser assim, há ensino de valores, de atitudes e de regras e parâmetros de convivência que, por ela, passam.

Considerando os elementos linguísticos do texto I, julgue os itens a seguir.

01. De acordo com o texto, “homeschooling” (1º parágrafo) designa um sistema de ensino em que a

criança não frequenta formalmente uma escola, mas sim é educada e instruída exclusivamente pelos pais.

02. A conjunção “ou” (1º parágrafo) expressa uma relação de sinonímia no contexto em que ocorre.

03. De acordo com as opiniões mencionadas no primeiro parágrafo, “a formação da cultura letrada” (1º parágrafo) é o motivo que justifica a existência da escola.

04. De acordo com o texto, a legislação positivou a obrigatoriedade de o Estado oferecer escolas e os pais enviarem os filhos a ela.

05. Segundo antagonistas da educação domiciliar, a escola teria um papel muito mais amplo que a mera transmissão de conhecimentos como língua e aritmética: seria um elemento de socialização e de transmissão de valores.

06. Sem prejuízo à coerência do texto, a locução “tem sido” (1º parágrafo) poderia ser substituída por “vem sendo”.

07. O deslocamento da vírgula que sucede a palavra “países” (2º parágrafo) para imediatamente após a palavra “silenciosamente” (2º parágrafo) manteria a correção gramatical, mas alteraria os sentidos originais do texto.

08. Sem prejuízo à correção gramatical ou aos sentidos originais, a locução “de acordo com” (1º parágrafo) poderia ser substituída por “conforme”, “segundo”, “consoante” ou “como”.

09. O trecho “Há juízes favoráveis, que encontram brechas na legislação e propõem sua flexibilização; e outros se opõem.” (4º parágrafo) poderia ser reescrito, sem prejuízo gramatical ou semântico, da seguinte maneira:

Tem juízes favoráveis, os quais encontram brechas na legislação e propõem sua flexibilização; e outros se mostram ao contrário.

10. A partícula “se” em “Considera-se a instituição obsoleta” (1º parágrafo) é classificada como conjunção e introduz um complemento do verbo “considera” (1º parágrafo).

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

Julgue os próximos itens a respeito da realidade atual do Distrito Federal (DF) e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF):

- 11.** A integração física e funcional entre as regiões administrativas do Distrito Federal e municípios do entorno leva à necessidade de se pensar na administração e solução de problemas que são de interesses comuns entre eles, ultrapassando os limites territoriais politicamente estabelecidos.
- 12.** A geração de empregos e a infraestrutura básica estão entre os programas e projetos prioritários da RIDE a serem financiados com recursos orçamentários e operações de crédito externas e internas.
- 13.** O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Distrito Federal está classificado como “muito alto”, sendo o segundo maior do Brasil, somente atrás de São Paulo, no ranking comparativo com os estados.

LODF

- 14.** É um objetivo prioritário do Distrito Federal assegurar, por parte do Poder Público, a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica das vítimas e das testemunhas de infrações administrativas e de seus respectivos familiares.
- 15.** É um objetivo prioritário do Distrito Federal promover, proteger e defender os direitos da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Acerca do controle da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 16.** Quanto ao momento, o controle da administração prévio é o que ocorre antes da conclusão ou operatividade do ato, como requisito de eficácia ou validade, a exemplo da necessidade de aprovação prévia da escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União, realizada pelo Senado Federal.
- 17.** O Poder Legislativo, em nenhuma hipótese, poderá realizar o controle de mérito da função administrativa.

Acerca dos agentes públicos e das disposições constantes na Lei Complementar Distrital nº 840/2011, julgue as assertivas a seguir.

- 18.** Os cargos em comissão são destinados exclusivamente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, e, em âmbito distrital, pelo menos cinquenta por cento desses cargos devem ser providos por servidor público de carreira, nos casos e condições previstos em lei.
- 19.** A recondução permite ao servidor, em estágio probatório, o retorno ao cargo anteriormente ocupado, caso desista do estágio probatório relativo a outro cargo, devendo retornar ao exercício até o dia seguinte ao da ciência do ato de recondução.
- 20.** O horário especial poderá ser concedido ao servidor que tenha cônjuge ou dependente com deficiência ou com doença falciforme, consistindo na redução de até 50% da jornada de trabalho, devendo sua necessidade ser atestada por junta médica oficial.

A respeito das normas previstas para as licitações e contratos previstas na Lei nº 8.666/93, julgue as assertivas a seguir.

- 21.** João é servidor de uma entidade pública que deseja contratar a execução de uma obra mediante licitação, que necessitará da apresentação de projeto básico, serviço que ele presta nas horas vagas, quando não está trabalhando, devido à sua formação como engenheiro. Nesse caso, a lei autoriza sua participação na licitação como autor do projeto, desde que observados os princípios da isonomia e impessoalidade.
- 22.** A anulação do procedimento licitatório induz, consequentemente, à nulidade do contrato. Porém, nesse caso, em que já há contrato assinado, a administração deverá observar o contraditório e a ampla defesa prévios.
- 23.** No caso de revogação do procedimento licitatório, prevalece o entendimento de que é desnecessária a concessão de contraditório prévio, caso o desfazimento ocorra antes da homologação e adjudicação.

Sobre as normas relativas ao Pregão (Lei Federal nº 10.520/2002), inclusive na modalidade eletrônica (Decreto Federal nº 10.024/2019), julgue os itens a seguir.

24. No procedimento do pregão, a validade das propostas será de sessenta dias, sendo autorizada a fixação de prazo diverso pelo edital.

25. Como critério de julgamento das propostas recebidas no procedimento do pregão eletrônico, na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, não poderá ser adotado o critério de maior desconto, ainda que previsto no edital.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Julgue a afirmação seguinte, a respeito do controle de constitucionalidade do ordenamento jurídico brasileiro:

26. A cláusula de reserva de plenário não se aplica na análise de recepção ou revogação de normas infraconstitucionais pela nova Constituição.

Julgue as assertivas abaixo, considerando o que determina a CF/88 e a jurisprudência acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos:

27. Não cabe mandado de segurança contra ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, ainda que se trate de omissão abusiva de autoridade.

28. A interceptação telefônica não poderá ser decretada por CPI e nem mesmo a autoridade judicial poderá determiná-la em processos civis.

Sobre a organização político-administrativa da Federação brasileira, julgue o item seguinte:

29. Em que pese o fato de caber ao Distrito Federal a organização e manutenção de sua Defensoria Pública, deverão ser respeitadas as normas gerais prescritas pela União.

Analisando-se as disposições constitucionais atinentes ao Processo Legislativo, julgue o que se segue:

30. Por simetria, o Poder Decorrente, ao elaborar as Constituições Estaduais, deverá prever a iniciativa popular de lei e de emendas ao seu próprio texto.

Julgue os itens que se seguem, com base no que dispõe a Constituição da República e na interpretação jurisprudencial acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária:

31. A Assembleia Legislativa não pode apreciar suas próprias contas, mas nada impede que a Constituição Estadual atribua a este Poder a competência para o julgamento das contas da Corte de Contas do respectivo Estado.

32. Eventual emenda à Constituição Estadual, prevendo que a escolha dos nomes que irão compor o Tribunal de Contas deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Legislativa, violaria o princípio da separação de poderes.

Julgue o que se segue, com base nas normas relacionadas ao Poder Legislativo, presentes na Constituição Federal:

33. O Congresso Nacional realizará o denominado controle político ao exercer a competência para sustar os atos normativos que exorbitem dos limites da delegação legislativa.

Julgue os itens que se seguem, com base nas regras atinentes ao Poder Judiciário e às Funções Essenciais à Justiça, presentes no texto da Constituição Federal:

34. A Constituição Federal estabelece, expressamente, a quarentena de saída e a vedação à participação em sociedade comercial para os membros do Ministério Público e da Magistratura.

35. A vitaliciedade é adquirida na data da posse para aqueles que são nomeados desembargadores de Tribunal de Justiça.

DIREITO CIVIL

36. Acerca das pessoas jurídicas, julgue o item a seguir:

Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso, sendo que decai em quatro anos o direito de anular essas decisões, quando violarem a lei ou estatuto, ou forem eivadas de erro, dolo, simulação ou fraude.

37. Acerca das fundações, julgue o item a seguir:

Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas, contudo, se funcionarem no Distrito Federal ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público da União.

38. A respeito do regime de bens, julgue o item a seguir:

Constitui universalidade de fato a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária, embora os bens que formam essa universalidade possam ser objeto de relações jurídicas próprias.

39. Com relação à representação, julgue o item:

Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo. Sendo que, para esse efeito, tem-se como celebrado pelo representante o negócio realizado por aquele em quem os poderes houverem sido subestabelecidos.

40. Com relação aos negócios jurídicos, julgue o item:

A ocorrência de fraude contra credores demanda a anterioridade do crédito, a comprovação de prejuízo ao credor, que o ato jurídico praticado tenha levado o devedor à insolvência e independe do conhecimento, pelo terceiro adquirente, do estado de insolvência do devedor.

41. No que se refere aos contratos, julgue o item:

Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, salvo se da sua parte não tenha havido dolo ou culpa, e se nada do avençado venha a existir.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Julgue os itens seguintes.

42. O Código de Processo Civil de 2015 positivou em seu texto a isonomia entre as partes, manifestada pelo Princípio da Paridade de Armas. O CPC prevê, no entanto, situações diferenciadas em que não há igualdade formal, mas a busca pela igualdade material e, assim, não configuram afronta ao princípio em comento.

43. O Princípio do Contraditório manifesta-se em diversos dispositivos do Código de Processo Civil, entre eles o artigo 9º que veda completamente que seja proferida decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

44. Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos. O conceito de decisão interlocutória apresentado pelo Código de Processo Civil é dado por exclusão, ou seja, a decisão interlocutória é o pronunciamento judicial

de natureza decisória que não se enquadra no conceito de sentença.

45. A Lei do Mandado de Segurança (Lei nº 12.016/2009) veda o manejo do writ contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

46. A petição inicial do mandado de segurança, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 vias, impreterivelmente com todos os documentos necessários à prova da ilegalidade ou abuso de poder, e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.

47. A ação civil pública deverá ser proposta visando a responsabilização por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagísticos, bem como a qualquer outro interesse difuso coletivo, além de danos à ordem urbanística, à honra e dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos e ao patrimônio público e social. Considerando que a ação civil terá por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, não é cabível o ajuizamento de ação cautelar.

DIREITO PENAL

48. Sobre a lei penal no tempo, julgue o item a seguir: A nova lei penal mais benéfica se aplica aos fatos praticados antes de sua entrada em vigor, ainda que já tenham sido decididos por sentença penal condenatória transitada em julgado.

49. O arrependimento posterior se verifica quando o agente, por ato voluntário, repara o dano ou restitui a coisa, antes do recebimento da denúncia ou queixa, nos crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa, hipótese na qual sua pena será diminuída de um a dois terços.

50. Sobre os crimes contra a fé pública, julgue o item a seguir:

Se um mesmo agente falsificar um documento público e posteriormente utilizar o documento público falsificado, deverá responder pelos crimes de falsificação de documento público e uso de documento falso, em concurso material.

Texto-base para os itens 51 a 53:

José, servidor do Tribunal de Contas do DF, ocupante de cargo em comissão, aceitou promessa de vantagem indevida, formulada pelo advogado de um interessado, para retardar o andamento de determinado processo que tramitava no referido Tribunal. Apesar de ter aceitado a promessa de vantagem indevida, José nunca chegou a receber qualquer valor, eis que o advogado não cumpriu a promessa e não pagou a quantia que fora prometida.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- 51. Assertiva:** José deverá responder pelo crime de corrupção passiva, em sua forma tentada.
- 52. Assertiva:** O advogado, que prometeu a vantagem indevida a José, deverá responder pelo crime de corrupção ativa, em sua forma consumada.
- 53. Assertiva:** A pena de José será aumentada de um sexto, por ser ele ocupante de cargo em comissão na Administração direta.

ESTATÍSTICA

A tabela mostra o tempo gasto pelo professor Ricardo Vale para ir e voltar no trajeto casa e Estratégia Concursos nos 5 dias úteis de determinada semana.

	Casa-Estratégia	Estratégia-Casa
Segunda-Feira	1h 13 min	1h 02 min
Terça-Feira	59 min	1h 05 min
Quarta-Feira	1h 17 min	48 min
Quinta-Feira	57 min	51 min
Sexta-Feira	1h 06 min	1h 03 min

Com base na tabela acima, julgue o item a seguir.

- 54.** Nessa semana, a diferença entre o tempo médio diário do professor Ricardo Vale no sentido Casa-Estratégia e o tempo médio diário no sentido Estratégia-Casa é superior a 8 minutos.

Tem-se a listagem, na tabela a seguir dos 300 funcionários de uma empresa:

Setor	Homem	Mulher
Gerência	3	2
Marketing	12	15
Atendimento ao público	135	133

Uma assinatura ilimitada do Estratégia será sorteada entre os funcionários dessa empresa. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 55.** Considerando que a pessoa sorteada seja um homem, a probabilidade de que a pessoa sorteada trabalhe no setor de Atendimento ao Público é inferior a 50%.
- 56.** A probabilidade de que a pessoa sorteada seja uma mulher ou um funcionário do setor de Marketing é superior a 50%.
- 57.** Uma pesquisa em uma empresa constatou que 60% dos funcionários eram do sexo masculino. Ainda de acordo com essa pesquisa, a média salarial mensal dos funcionários do sexo masculino era de R\$ 4.000,00 e a média salarial mensal dos funcionários do sexo feminino era de R\$ 5.500,00. Considerando todos os funcionários dessa empresa, a média salarial mensal é superior a R\$ 4.500,00.

Estatística	Valor (Dúvidas por dia)
Média	30
Mediana	24
Desvio Padrão	12
Primeiro Quartil	15
Terceiro Quartil	45

A tabela acima apresenta as estatísticas produzidas em um levantamento acerca do número diário de dúvidas respondidas por Guilherme Neves no fórum do Estratégia. Com base nessas informações, julgue o próximo item.

- 58.** De acordo com o coeficiente de assimetria de Pearson, a distribuição desse número diário de dúvidas apresenta assimetria negativa.
- 59.** Se A e B são dois eventos aleatórios não disjuntos, então $P(A|B) \leq P(A)/P(B)$.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Com base na proposição P: “Quando o auditor do TC DF faz trabalho de campo, ou ele cumpre as regras ditadas pelo manual de auditoria, ou ele não cumpre sua função de forma satisfatória”, julgue os três itens que se seguem.

60. A negação da proposição “Ou o auditor do TC DF faz trabalho de campo, ou ele não cumpre as regras ditadas pelo manual de auditoria” é logicamente equivalente a “O auditor do TC DF faz trabalho de campo se, e somente se, ele não cumpre as regras ditadas pelo manual de auditoria”.

61. A proposição “Ou o auditor do TC DF faz trabalho de campo, ou ele não cumpre as regras ditadas pelo manual de auditoria” é logicamente equivalente a “Se o auditor do TC DF não faz trabalho de campo, ele não cumpre as regras ditadas pelo manual de auditoria”.

62. Se for falsa a proposição “O auditor do TC DF faz trabalho de campo”, então a proposição P será verdadeira, independentemente dos valores lógicos das demais proposições constituintes de P.

A Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (ESCON-TCDF) oferece regularmente cursos com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar, nos servidores, a capacidade de melhor interpretar dispositivos legais. No segundo semestre de 2019 foram oferecidos os seguintes cursos: “Legislação de pessoal no setor público”, “Gestão e Fiscalização de contratos administrativos” e “Gestão e Controle de conta vinculada aos contratos de terceirização”.

Sabe-se que 150 servidores se matricularam em pelo menos um dos três cursos citados. Desses servidores, 25 matricularam-se somente nos cursos de “Legislação de pessoal no setor público” e “Gestão e Controle de conta vinculada aos contratos de terceirização”; 20 matricularam-se nos três cursos; 17 matricularam-se somente no curso de “Legislação de pessoal no setor público”; 21 matricularam-se somente nos cursos de “Gestão e Fiscalização de contratos administrativos” e “Gestão e Controle de conta vinculada aos contratos de terceirização”; 33 matricularam-se somente nos cursos de “Gestão e Fiscalização de contratos administrativos” e “Legislação de pessoal no setor público”; e 99 matricularam-se no curso de “Gestão e Controle de conta vinculada aos contratos de terceirização”.

Com base nessa situação hipotética, julgue os três itens a seguir considerando somente as matrículas feitas por esses 150 servidores.

63. Mais de 40 servidores matricularam-se apenas no curso de “Gestão e Controle de conta vinculada aos contratos de terceirização”.

64. Caso uma comissão formada por três servidores deva ser constituída a partir daqueles que se matricularam apenas no curso de “Legislação de pessoal no setor público”, então o número de comissões que atenderão tais condições é superior a 600.

65. Escolhendo-se dois servidores ao acaso, a probabilidade de eles terem se matriculado no curso de “Gestão e Fiscalização de contratos administrativos” é superior a 25%.

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Acerca do controle externo, julgue os itens seguintes.

66. A Constituição Federal outorga ao Poder Legislativo a competência para sustar contratos, mas seria constitucional norma da Lei Orgânica do Distrito Federal que atribuísse à Câmara Legislativa competência concorrente para sustar as licitações e eventuais casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, já que o Legislativo é o titular do controle externo.

67. A fiscalização de uma empresa estatal constituída com 49% de recursos da União e 51% de recursos do Distrito Federal será concorrente entre o TCU e o TCDF, podendo o TCU determinar a instauração de tomada de contas especial em relação ao montante de recurso oriundo da União.

68. O TCU é parte legítima para figurar no polo passivo de mandado de segurança, quando sua decisão está revestida de caráter impositivo.

69. Compete ao TCDF emitir parecer prévio sobre as contas do Governador do Estado, mas em relação aos demais ordenadores de despesas, inclusive da CLDF, caberá ao Tribunal realizar o julgamento, exceto sobre as suas próprias contas.

70. As decisões do TCDF fazem coisa julgada em sentido formal.

71. Em caso de multa imposta por Tribunal de Contas a responsáveis por irregularidades no uso de bens públicos, a ação de cobrança poderá ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação, no caso do débito, e pelo ente público do qual o Tribunal de Contas faz parte, no caso da multa.

Julgue os itens a seguir sobre a Lei Complementar nº 1/1994 e a Resolução 296/2016.

- 72.** As atribuições do Presidente do TCDF são indelegáveis.
- 73.** Considera-se preliminar a decisão, em processo de contas, que determina a citação do responsável para que, no prazo de trinta dias, apresente alegações de defesa ou recorra a quantia devida, cabendo ainda ao responsável a opção por adotar as duas medidas.
- 74.** A inspeção é o instrumento de fiscalização que poderá ser utilizado para subsidiar a apreciação de atos sujeitos a registro.
- 75.** Na ocorrência de perda, extravio ou outra irregularidade sem que se caracterize a má-fé de quem lhe deu causa, se o dano for imediatamente ressarcido, a autoridade administrativa competente deverá, em sua tomada ou prestação de contas ordinária, comunicar o fato ao Tribunal, ficando dispensada desde logo a instauração de tomada de contas especial.
- 76.** Admite-se a interposição de recurso de reconsideração e de pedido de reexame fora do prazo regimental, desde que embasados em fatos novos, situação em que não terão efeitos suspensivos.
- 77.** O recurso de revisão poderá ser apresentado a qualquer tempo, desde que fundamentado em erro de cálculo nas contas ou outra informação não apurada no processo originário.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

No que se refere às Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras (ISSAI) - Nível 3, julgue os itens a seguir:

- 78.** A Auditoria de conformidade foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.
- 79.** A Auditoria operacional foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.
- 80.** As informações sobre o objeto são as referências usadas para avaliar o objeto. Cada auditoria deve ter informações sobre o objeto adequadas às circunstâncias do trabalho.

Acerca das técnicas e procedimentos de auditoria, julgue os itens a seguir:

- 81.** A Análise de Contas Contábeis é técnica ou procedimento de obtenção de evidência de auditoria que consiste no cotejo de informações, dados ou registros obtidos em diferentes fontes, que devam guardar correspondência entre si.

Em relação aos Instrumentos de Fiscalização, julgue os itens a seguir:

- 82.** Auditoria é o instrumento utilizado para examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos a sua jurisdição, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial; para avaliar o desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionados, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados; bem como para subsidiar a apreciação dos atos sujeitos a registro.

Julgue os itens a seguir a respeito das Evidências e das Caracterizações de achados de auditoria.

- 83.** O achado pode ser negativo, quando revela impropriedade ou irregularidade, ou positivo, quando aponta boas práticas de gestão.
- 84.** O atributo de auditoria que prevê que a evidência deve ser legítima, ou seja, baseada em informações precisas e confiáveis denomina-se Validade.

No que tange aos controles internos e à gestão de riscos no setor público, julgue os itens a seguir:

- 85.** Segundo o COSO II ERM, o componente do Gerenciamento de Riscos Corporativos denominado Resposta a Risco relaciona-se às políticas e procedimentos estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos selecionados pela administração sejam executadas com eficácia.

Julgue os itens a seguir:

- 86.** O auditor deve preparar uma documentação de auditoria que seja suficiente para permitir a um auditor diligente, sem conhecimento prévio da auditoria, entender, por exemplo, a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria executados para cumprir as normas pertinentes.

Em relação à Comunicação dos Resultados e aos Relatórios de Auditoria, julgue os itens a seguir:

87. Um dos modos mais efetivos para assegurar que um relatório seja imparcial, objetivo e completo é submeter o relatório preliminar para obtenção de comentários por parte dos dirigentes da entidade auditada. A inclusão desses comentários no relatório final resulta em um documento que não só apresenta os achados, as conclusões e as propostas da equipe, mas também a perspectiva dos dirigentes da entidade e as ações corretivas que pretendem tomar.

AFO E ORÇAMENTO PÚBLICO

88. Serão considerados para o cálculo do excesso de arrecadação, fonte para abertura de créditos adicionais, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas e a tendência do exercício.

89. Se, durante o encerramento do exercício financeiro, existirem despesas empenhadas e não liquidadas, tais despesas deverão ser necessariamente inscritas em restos a pagar não processados pelo ordenador de despesa, quando se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas.

90. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, toda vez em que um gestor público provocar a criação, expansão ou aperfeiçoamento de uma ação governamental que acarrete aumento da despesa, deverá realizar, entre outras medidas, estimativa do impacto orçamentário-financeiro somente no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes.

91. Sobre as despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal, jogue o item que se segue: Poderá haver dispensa de cumprir os requisitos da LRF referente ao aumento de despesa quando existir aumento de receita sem que tenha havido previsão orçamentária para tanto, o que poderá ser realizado por transposição de recursos.

92. Entre os requisitos para a realização de transferências voluntárias, há a exigência, para o ente transferidor, de observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal. Da mesma forma, o ente beneficiário

necessita de previsão orçamentária de contrapartida.

93. Caso o Ministério Público da União necessite realizar limitação de empenhos, os critérios e a forma para que isso seja feito devem estar previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, uma vez que tal Lei Complementar tem por finalidade buscar o equilíbrio das contas públicas por meio de um efetivo planejamento e controle da gestão fiscal.

94. A LRF preconiza que na ocorrência de estado de defesa ou de sítio, reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembleias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação, serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho.

95. Segundo a lei 4.320/64, a despesa de custeio diz respeito às dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis. Diferentemente, as Transferências Correntes são dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

96. De acordo com a Constituição Federal, deverá integrar a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

97. No que tange à programação orçamentária e financeira, é correto afirmar que: Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

CONTABILIDADE GERAL

Julgue os itens a seguir em conformidade com a Lei 6.404/76 e alterações posteriores.

98. As empresas que tiverem o prazo do ciclo operacional menor que o exercício social, as obrigações que vencerem após esse prazo do ciclo operacional devem ser classificadas no passivo não circulante.

99. A Demonstração do resultado do exercício inicia com a receita Bruta de vendas e após deduzir os descontos incondicionais, devoluções, abatimentos e os tributos incidentes sobre venda, dentre eles o ICMS e o IPI, apura-se a Receita Líquida de Vendas.

Acerca das operações típicas de uma empresa comercial, julgue os itens a seguir

A empresa Coruja faz um desconto de Duplicatas no Banco Quebradeira no Valor de R\$ 100.000,00 sendo que foi lhe cobrado antecipadamente R\$ 8.000,00 correspondentes a encargos financeiros, levando em consideração a situação descritas julgue os itens a seguir:

100. A operação de desconto gera um aumento no ativo da empresa no valor de R\$ 92.000,00.

101. A empresa reconhecerá uma despesa com encargos financeiros no valor de R\$ 8.000,00 no momento do desconto da duplicata.

102. No momento do desconto ocorre um fato misto haja vista que ocorre permuta entre os elementos do ativo e passivo com alteração quantitativa no patrimônio líquido..

Acerca da contabilização das operações com mercadorias, julgue os itens a seguir

A empresa Industrial Alfa Adquire matérias primas no valor de R\$ 200.000,00 com incidência de IPI a 10% e ICMS de 17%. a empresa pagou adicionalmente seguro e frete no valor de R\$ 30.000,00.

103. Nessa situação a empresa levará a estoques o valor de 196.000,00.

104. Para a empresa, o IPI será um custo e integrará o estoque das mercadorias adquiridas.

Acerca da mensuração e do reconhecimento dos elementos patrimoniais e em conformidade com a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) julgue os itens a seguir

105. Passivos contingentes são os eventos cuja chance de haver a saída de recursos pode ser provável, possível ou remota, sendo que em nenhum dos casos deve ser reconhecidos no balanço patrimonial.

106. Na ocasião do reconhecimento contábil, deve-se incluir no cálculo do custo do ativo imobilizado o valor da estimativa inicial dos custos com que o adquirente do ativo imobilizado terá de arcar no futuro para desmontar e remover o item adquirido e para restaurar o local em que o bem está localizado.

Acerca das demonstrações contábeis e em conformidade com a legislação societária e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens a seguir

107. Apesar de as normas internacionais facultarem a elaboração e apresentação da DRE e da DRA numa única demonstração, a legislação brasileira, exige que elas sejam apresentadas separadamente

108. O montante de dividendos reconhecidos como distribuição aos proprietários durante o período e o respectivo montante dos dividendos por ação devem ser apresentados exclusivamente na DLPA ou na DMPL

109. A empresa pode optar por apresentar as despesas na DRE classificadas de acordo com a natureza ou de acordo com a função. As empresas que optar em classificar de acordo com a natureza estarão obrigadas a evidenciar a função das despesas.

110. O pagamento, em dinheiro, de empréstimo obtido por instituição não financeira, cujo valor inclua o principal e os juros, pode ser classificado em duas atividades distintas: a parte dos juros, como atividade operacional; e a parte do valor principal, como atividade de investimento.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 111.** Um grande grupo empresarial informou que o seu lucro líquido aumentou 20% em relação ao ano anterior. Essa informação foi obtida através da Análise Horizontal.
- 112.** O ciclo operacional da empresa pode ser definido como as suas fases de funcionamento, que vão desde a aquisição de materiais para a produção até o recebimento das vendas efetuadas. Quanto mais longo se apresentar o ciclo operacional, menor será a necessidade de investimento em giro.
- 113.** O EBITDA representa a geração de caixa operacional da empresa, ou seja, o montante de recursos gerados pela empresa apenas em suas atividades operacionais, após a subtração do efeito financeiro e de impostos.
- 114.** O retorno sobre investimentos pode ser melhorado com a redução do ativo operacional médio.
- 115.** Se uma empresa possui Liquidez Geral maior que 1, então o seu Patrimônio Líquido é maior que o Ativo Permanente.
- 116.** Se, em uma empresa, o grau de endividamento for igual a 0,7, então o endividamento geral dessa empresa será superior a 0,5.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Acerca das disposições previstas na NBC TSP – Estrutura Conceitual, julgue as assertivas a seguir.

- 117.** A principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa. Em razão dos tipos de serviços prestados, uma parcela significativa dos ativos utilizados pelas entidades do setor público é especializada, como, por exemplo, os ativos de infraestrutura e os ativos militares.
- 118.** As características qualitativas se aplicam a todas as informações financeiras e não financeiras apresentadas nas demonstrações contábeis, exceto às informações históricas, considerando que os movimentos prospectivos acabam se sobrepondo nas decisões dos usuários das demonstrações contábeis.

119. As entidades do setor público podem obter ativos por meio da sua compra em transação com contraprestação, bem como pelo seu desenvolvimento. Os ativos também podem surgir de transações sem contraprestação, inclusive por meio do exercício dos direitos soberanos.

Acerca dos Procedimentos Contábeis Orçamentários, julgue os itens a seguir:

- 120.** A natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas. Por isso, contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias.
- 121.** No registro da apropriação mensal para 13º salário, referente aos direitos do trabalhador em decorrência do mês trabalhado, temos um exemplo de ocorrência do fato gerador da obrigação exigível antes da liquidação.
- 122.** Os conceitos de ativos financeiros e permanentes guardam relação com aspectos legais definidos na Lei n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). São conceitos diferentes do que prescrevem as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP).
- 123.** Após o seu reconhecimento inicial, um ativo intangível pode ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo à data da reavaliação menos qualquer depreciação acumulada.
- 124.** Os empréstimos e financiamentos geram impactos tanto no ativo, pela entrada do recurso financeiro no disponível, como no passivo, pelo reconhecimento de uma obrigação exigível. Nesse sentido, classificam-se como transações com contraprestação.
- 125.** Regra geral, caso uma conta esteja detalhada no PCASP até o 6º nível (item), um determinado Ente da federação poderá detalhá-la apenas a partir do 7º nível (subitem), sendo vedada a alteração dos 6 primeiros níveis.
- 126.** No âmbito do balanço orçamentário, tanto o superávit financeiro utilizado quanto a abertura de créditos adicionais deverão ser detalhados no campo saldo de exercícios anteriores.

127. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando, entre outras informações, as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS.

128. A demonstração das variações patrimoniais evidencia as variações patrimoniais quantitativas e qualitativas e indica o resultado patrimonial do exercício.

ECONOMIA

129. O custo de oportunidade é definido como o maior valor que alguém deseja pagar em uma escolha entre duas possibilidades.

130. Se bem-sucedidas, as políticas de publicidade negativa deslocam a curva de demanda de um produto para a direita.

131. Os bens de Giffen possuem elasticidade-preço da procura positiva.

132. Para bens com demandas lineares, a elasticidade-preço da demanda é constante.

133. Considerando a demanda do consumidor e a classificação dos bens, julgue o item.
Se a função utilidade for $U(x_1, x_2) = x_1 + x_2$, em que x_1 e x_2 são dois bens, então os bens são complementares.

134. A utilidade cardinal é caracterizada por uma abordagem centrada em afirmações do tipo “O bem A é preferível ao bem B”, exemplo do conceito de utilidade cardinal, que não é suficiente para fundamentar as propriedades gerais das curvas de procura.

135. Quando a função de produção é do tipo Leontief, os fatores de produção são complementares perfeitos.

136. Considerando uma função de produção do tipo $Y = X_2 - 10X_3$, em que Y representa o produto e X, o insumo, julgue os itens subsequente. A função de produtividade marginal é $2X - 30X^2$.

137. A curva de custo médio é interceptada pela curva de custo marginal em seu ponto de mínimo, com a curva de custo marginal em sua parte ascendente.

138. Em determinado mercado com participação de 100 empresas, em concorrência perfeita, a função de custo total (CT) para todas as empresas e a curva de demanda (Qd) pelo bem B são definidas pelas funções $Qd = 1000 - 10P$ e $CT = 50 + 4qe + qe^2$, em que Qd = quantidade demandada no mercado; P = preço do bem; qe = quantidade ofertada por cada empresa. A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsequente.

O preço de equilíbrio desse mercado corresponde a 20 unidades monetárias e o custo marginal das empresas individuais será de 8 unidades monetárias.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Julgue os cinco itens seguintes, relativos à matemática financeira.

139. Considere que dois capitais, cada um de R\$ 8.000, tenham sido aplicados, à taxa de juros de 69% ao mês — 30 dias —, por um período de 15 dias, sendo um a juros simples e outro a juros compostos. Nessa situação, o montante auferido com a capitalização no regime de juros simples será inferior ao montante auferido com a capitalização no regime de juros compostos.

140. Considerando 1,34 como valor aproximado para 1,05%, é correto afirmar que a taxa efetiva anual de 30% ao semestre, com capitalização mensal, é superior a 72%.

141. Considerando que a instituição financeira X ofereça aos clientes a taxa de desconto de 3,6% ao mês para desconto de títulos, e que a instituição concorrente Y ofereça uma redução de 40% na taxa praticada pela X, para descontos dos títulos com vencimentos em até 120 dias, então o valor atual, com desconto simples por fora, pago pela instituição Y para um título com valor de face de R\$ 5.000,00 e que vence em 3 meses é inferior a R\$ 4.700,00.

142. Situação hipotética: Um banco emprestou R\$ 18.000,00 para Antônio, que deve fazer a amortização em dBoze parcelas mensais consecutivas pelo sistema de amortização constante sem carência. A taxa de juros contratada para o empréstimo foi de 3% ao mês, e a primeira parcela deverá ser paga um mês após a tomada do empréstimo. Assertiva: O valor da última parcela a ser paga por Antônio é de R\$ 1.535,00.

143. Um carro, cujo preço à vista é igual a R\$ 70.000,00, pode ser financiado em 8 prestações postecipadas (a primeira é paga um mês após a compra), mensais e iguais, à taxa de juros compostos de 4% ao mês. Nesse caso, considerando-se 0,85 como valor aproximado para $1,04^{-4}$, é correto afirmar que o valor de cada prestação será superior a R\$ 10.000,00.

FINANÇAS CORPORATIVAS

144. No modelo WACC os pesos entre o financiamento com capital próprio e capital de terceiros devem ser estabelecidos levando em consideração o valor de mercado das ações e o valor de mercado da dívida de longo prazo, não devendo ser utilizado o passivo de curto prazo para a análise.

145. O valor residual em um projeto de investimentos normalmente se refere a: (1) valor da perpetuidade, considerando que o projeto continuará; (2) valor líquido da venda dos ativos no caso de descontinuidade do projeto; e (3) valor estimado da venda do projeto para terceiros.

Considerando que o risco sistemático de uma ação seja igual a 1,5, que a taxa livre de risco da economia seja de 4% ao ano, que o prêmio e risco de mercado seja de 8% e que essa empresa consiga tomar empréstimos a 10% ao ano, julgue os itens seguintes, relativos ao modelo CAPM e WACC.

146. Como o prêmio de risco do mercado é menor do que a taxa com a qual a Companhia se financia com capital de terceiros, tomar dívida não vai ajudar a reduzir o custo médio ponderado de capital da empresa em um mundo sem IR.

147. Suponha que houve uma crise nos mercados e os riscos sistemáticos se mantiveram, a expectativa de retorno do mercado também se manteve, mas os governos subiram as taxas de juros para 5%. Haverá um aumento no retorno exigido por essa ação do enunciado.

148. Considerando os dados do enunciado, em um mundo com alíquota de IR de 40% o WACC para uma companhia com 1/3 de sua estrutura de capital financiada por terceiros será maior do que 10,6%

149. Em relação aos indicadores utilizados para análise econômico-financeira de uma empresa, julgue o item seguinte.

A depreciação representa uma despesa ou custo que não impõe saída de caixa, assim como o CAPEX.

Ambos retornam ao fluxo de caixa ajustado do projeto para cálculo do VPL.

150. O fluxo de caixa projetado é utilizado para avaliar o comportamento do fluxo de entradas e saídas de recursos financeiros em determinado período, podendo ser projetado a curto ou a longo prazos.

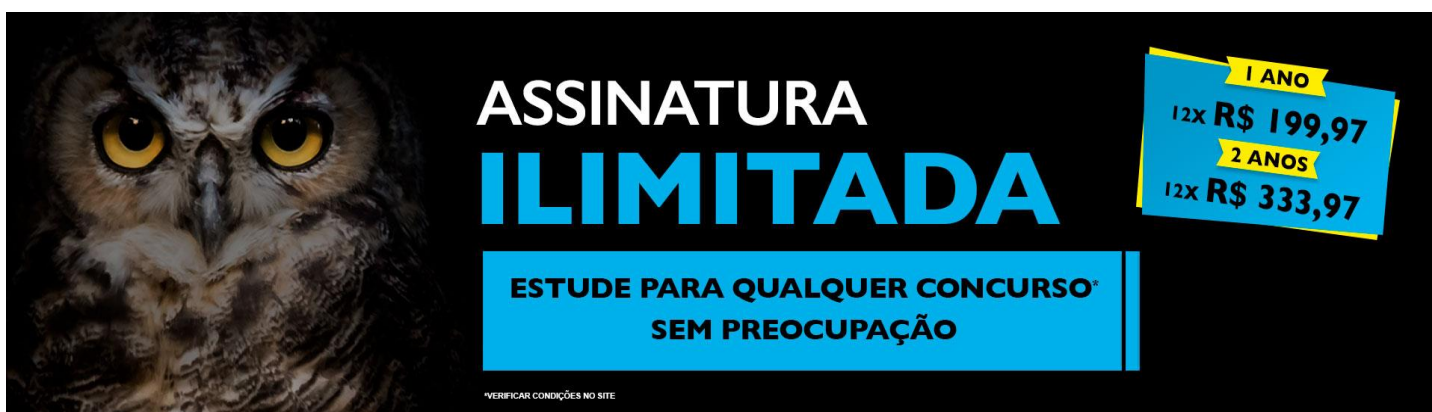
Ao subestimar as despesas operacionais que devem ser pagas no período projetado, o fluxo de atividades operacionais estará superestimado e poderá nos levar a aceitar projetos não viáveis, pelo método do VPL.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TC-DF-14-03-20>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE